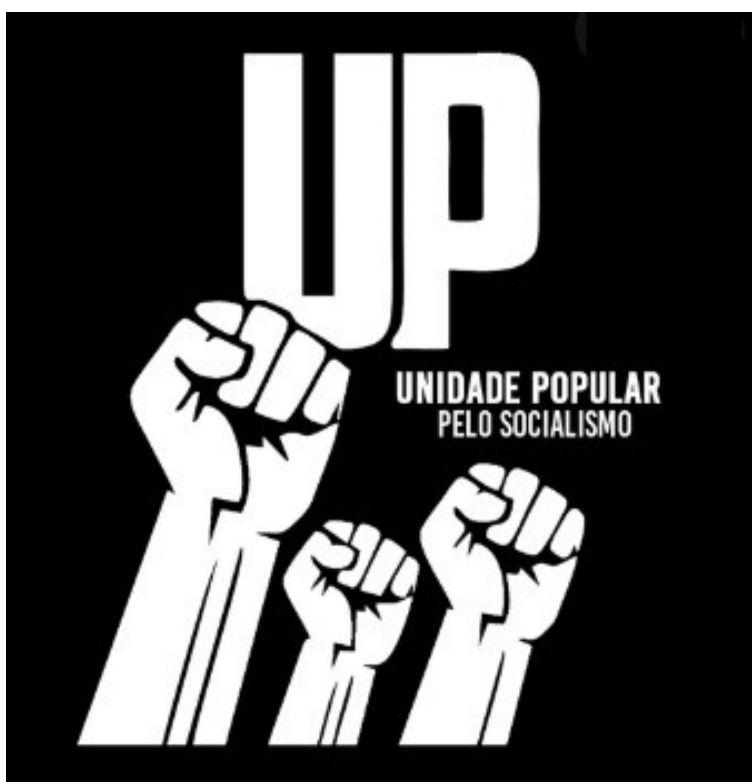


PROGRAMA ESTADUAL DA UNIDADE POPULAR



CEARÁ - 2022

SERLEY LEAL GOVERNADOR! BITA TAPEBA VICE!

- POR UM CEARÁ PARA OS TRABALHADORES -

A história do nosso povo cearense é marcada por lutas e rebeldias. O Ceará tem, na sua origem, povos originários combativos, resistentes e lutadores que não aceitaram quietos a dominação imperialista portuguesa. Nossa raiz e nosso sangue tem cor indígena, negra e cabloca, das tribos Cariri, Jenipabo-Canindé, Anacé, Tapeba, Ubajara, etc. Aqui também é terra de Dragão do Mar e Preta Simoa, os verdadeiros heróis cearenses da luta contra a escravidão negra imposta pelo colonizador. São séculos de exploração e de uma terra banhada com suor e sangue dos nossos ancestrais, aqueles trabalhadores que encontraram seu sustento, inicialmente, na cultura do algodão pelos campos do interior cearense.

Não temos uma história de coisas ou de grandes homens que nos deram o que precisávamos. Tivemos que buscar nossos direitos. É obvio que nesse processo várias figuras se destacaram, que defenderam o progresso e o desenvolvimento dessa mesma gente. Lutaram inclusive contra o passado coronelista, clientelista, retrogrado e conservador que dominou as elites e ainda as influencia. Por isso, nosso maior valor está no POVO CEARENSE!

Entendemos os 184 municípios do Ceará muito mais do que ruas, avenidas, equipamentos, pontes, estradas, indústrias, etc. Aqui, somos produto de uma história humana. Somos comerciantes, operários, camelos, idosos, enfim, cidadãos que, juntos, forjamos diariamente o 13^a mais rico estado da Federação brasileira. Somos um povo aguerrido, não nos escondemos dos nossos deveres. Construimos com muito esforço um lugar para nossas famílias viverem dignamente.

Mesmo com tanta riqueza mineral, florestal, ecológica, nosso povo sofre imensamente nas mais diferentes regiões: do Sertão ao Litoral, do Cariri aos Inhamuns, das Serras as principais cidades. Padecemos de inúmeros problemas: violência urbana, descaso com a saúde pública, educação pública deficiente, falta de moradias, acesso limitado a transporte, saneamento básico insuficiente, enfim. É claro que avançamos em muitos pontos, mas estamos longe de sermos um estado para o seu próprio povo. Claro está também que não é um governo estadual que poderá resolver todos os problemas sem um

governo Federal comprometido com os trabalhadores. Mesmo assim, pode-se fazer muito para minimizar as graves injustiças existentes.

Durante os últimos 16 anos o Estado do Ceará foi governado pelo mesmo grupo político, PDT-PT, tendo a frente a oligarquia Ferreira Gomes. Durante esse período, as alianças políticas sempre se basearam nos compromissos eleitorais, cargos e divisão de influência em obras realizadas pelo poder público. Ao mesmo tempo, não houve avanços na participação democrática do povo cearense. Numa clara política de desenvolvimento com recursos externos, obras públicas e alguns programas sociais, as alianças de direita se fortaleceram, a Assembleia Legislativa sempre foi submissa ao governador e o povo teve inúmeras limitações de decisões. Excetuam-se apenas alguns momentos de atendimento a demandas dos movimentos sociais, profundamente limitadas.

Em todo o interior do Estado prevalece as oligarquias locais, os conchavos políticos, a corrupção e as trocas de favores. Os partidos de direita continuam dominando as prefeituras e câmaras municipais e não houve qualquer iniciativa para modificar esse quadro. Pelo contrário, em muitos casos esses partidos se fortaleceram com apoio do governo do estado PDT-PT-PSB-PSD, etc. Trata-se, portanto, da mesma política de conciliação de classes que caracterizou os governos no âmbito federal.

Dessa forma, a UP se afirma como oposição ao governo do estado do Ceará, tendo independência e autonomia políticas, e, ao mesmo tempo, combatemos a oposição de extrema-direita bolsonarista, falsa e demagoga, tendo a frente como maior expressão o deputado federal Wagner. Essa oposição de extrema direita, fascista tem sua principal base nas polícias civil e militar do Estado. Trata-se de uma grave ameaça aos trabalhadores cearenses, pois além de reunir como a direita tradicional a total subserviência aos capitalistas locais, pretende impor um regime autoritário, perseguindo lideranças sociais, reprimindo as organizações políticas de esquerda e colaborando para implantação de um regime fascista no país.

As 2 últimas gestões de Camilo Santana (PT) foram governos social-democratas, com realizações no campo social, mas sem nenhuma perspectiva de transformação mais profunda; nenhum embate com as oligarquias e grandes monopólios do Estado, domínio dos mesmos grupos políticos de direita que sempre governaram o Ceará, nenhuma proposta institucional de avanço na conscientização; e fortalecimento dos grandes grupos econômicos, com abertura da economia a diversos grupos asiáticos.

Por isso, afirmamos como principais críticas da UP as últimas gestões: a) fortalecimento de um modelo de segurança pública repressivo, com altos investimentos em grupos especiais de controle nas periferias das cidades, tendo expansão para o interior do Estado; b) política públicas para as mulheres sem nenhuma expressão, pouco enfrentamento à violência; assistência às vítimas limitada; c) nenhum avanço na participação popular nas decisões orçamentárias ou nas principais políticas adotadas pelo governo; d) favorecimento de grandes grupos econômicos do Estado com a priorização de investimentos que aprofundam a desigualdade social (exemplo: direcionamento dos recursos hídricos para companhia siderúrgica); temos hoje um grupo reduzidíssimo, uma ínfima minoria de multimilionários cearenses que controlam a nossa economia, sendo 7 bilionários principais; e) política agrária de manutenção das grandes propriedades latifundiárias do estado, baixa assistência ao pequeno produtor; isolamento das ocupações agrárias, pouco apoio às comunidades tradicionais; f) política de emprego dependente do grande capital, com incentivos fiscais e investimentos em obras públicas; g) política ambiental sem firme combate aos poluidores, desmatadores e mineros piratas.

Nossas críticas se baseiam numa análise do desenvolvimento recente e das necessidades do povo. Por outro lado, para superar essas ineficiências, a UP apresenta à sociedade cearense nosso PROGRAMA POPULAR ESTADUAL para promover um amplo debate através de 14 eixos que aprofundarão propostas concretas com base no programa nacional do nosso partido, baseados também na experiências das nossas lideranças. Ao mesmo tempo, reafirmamos que nosso objetivo principal é impedir o fortalecimento do fascismo no Ceará, combatendo-o com todas as nossas energias.

Assim, apresentamos como candidato a GOVERNADOR nosso camarada SERLEY LEAL, bancário, fundador do partido, lutador dos movimentos sociais para representar esse programa, tendo como vice o camarada BITA TAPEBA, lutador indígena, trabalhador autônomo. Temos uma chapa de DEPUTADA FEDERAL com a camarada SUEDE CARVALHO, professora, mulher trans, militante da UP no Cariri, assim como uma chapa feminista COLETIVA para DEPUTADA ESTADUAL de várias militantes dos movimentos sociais que constroem a UNIDADE POPULAR: Sara Rodrigues, estudante; Mariane Barbosa, professora; Jocelma Silva e Anailde Silva, ativistas do MLB.

Estamos todas, todos e todes com a certeza que nessa campanha faremos um grande debate e mobilização do povo cearense. Não achamos que a eleição resumirá as grandes

transformações para o povo, mas impulsionará nossa organização e nossas lutas. Convocamos trabalhadoras e trabalhadores para conosco mudar a história nas ruas das nossas cidades, sem medo e com a certeza do futuro.

DITADURA NUNCA MAIS!

FASCISTAS NÃO PASSARÃO!

VIVA A UNIDADE POPULAR! VIVA O SOCIALISMO!

ÍNDICE

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FINANÇAS PÚBLICAS
2. EDUCAÇÃO PÚBLICA
3. PROMOÇÃO DA SAÚDE, ESPORTE E LAZER
4. MEIO AMBIENTE, POLÍTICA ENERGETICA E AGROECOLOGIA
5. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LBGTQIA+
6. DEMOCRACIA E SEGURANÇA PÚBLICA
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES
8. MORADIA POPULAR
9. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE
10. DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E POVOS ORIGINÁRIOS
11. ACESSO À CULTURA ;
12. TRANSPORTE E ACESSO ÀS CIDADES
13. ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE A FOME
14. POLÍTICAS DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

1. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E FINANÇAS PUBLICAS

O Estado do Ceará é muito rico, mas a imensa maioria da população vive na pobreza. Nosso Estado produz cana-de-açúcar, mandioca, feijão, arroz, milho, algodão, entre outros. Em regiões como no Vale do Cariri, cultiva-se o algodão de fibra longa, produto que apresenta ótima qualidade. Temos a terceira economia mais forte do Nordeste, sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) regional é de 14,5%, atrás dos estados da Bahia (31,5%) e Pernambuco (17,9%). Em relação ao PIB nacional, o Ceará contribui com 1,9% e ainda temos o PIB per capita de R\$ 6.149.

Obviamente, nosso estado tem avançado, mas não no ritmo para acabar com as graves desigualdades que vivemos. Temos uma indústria bem diversificada e está em constante processo de expansão. A Região Metropolitana de Fortaleza é o local com a maior concentração. Um dos setores desenvolvidos é a indústria do couro, uma matéria prima fundamental. Outra: a produção de calçados é responsável por 27% das exportações do Ceará. Outros setores importantes são o polo têxtil e de confecções de Fortaleza (capital) e do interior, vestuário, alimentício, químico, siderúrgico, além da metalmecânica. A mineração é praticada através da extração de ferro, argila, magnésio, granito, petróleo, gás natural, urânio. Nas regiões litorâneas ocorre a extração de sal. O turismo é uma atividade de fundamental importância para a economia estadual. Essa atividade tem atraído redes internacionais de hotéis e empresas de serviço e comércio. O Ceará recebe mais de 2 milhões de turistas anualmente.

Ora, porque temos então, tantas riquezas e milhões estão desempregados e passam fome? Trata-se da realidade comum do Brasil. Somos uma sociedade capitalista onde o lucro é o principal motor. A economia é voltada para atender a riqueza de poucas pessoas e não para satisfazer nossa sociedade, em especial, os trabalhadores, responsáveis pela imensa geração de riqueza no Ceará.

Os dados comprovam: estudo do Ipece mostra a distância da renda pelo trabalho no Estado em relação ao Brasil. O rendimento médio mensal da população ocupada no Ceará, em 2020, foi de R\$ 1.845,00, maior que o do ano anterior, quando atingiu R\$ 1.674,00, ou seja, R\$ 171,00 a mais. Embora seja superior à média do Nordeste, que foi de R\$ 1.751,00, o rendimento médio cearense ainda é 33% inferior à média brasileira no mesmo ano, de R\$ 2.447,00, ou seja, diferença de R\$ 602,00. Os dados são do estudo “Análise da desigualdade

dos rendimentos no estado do Ceará entre 2012 e 2020”, publicado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). O trabalho tem como base dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dos 9,2 milhões de habitante do Ceará em 2020, 58,8% possuíam algum tipo de rendimento (5,4 milhões), menos que a proporção registrada em 2019 (59,1%) e maior que a observada em 2012 (56,5%). Sendo que 34,6% da população de 14 anos ou mais possuía rendimentos de todos os trabalhos e 32,1% da população total do Ceará obtinham rendimentos de outras fontes.

O estudo mostra, ainda, que caiu o total de pessoas que obtinha renda pelo trabalho no Estado, ao passo em que cresceu o número daquelas que recebiam renda de outros rendimentos como seguro-desemprego e programas de transferência. Em 2020, do total de 58,8% das pessoas residentes no Estado que possuíam algum tipo de rendimento, 34,6% obtinham renda do trabalho, inferior aos 39,4% observados em 2019. Já as pessoas que recebiam renda de outros rendimentos (incluindo seguro-desemprego, programas de transferências de renda do governo, rendimentos de poupança e etc.), subiram de 12,2%, em 2019, para 19,2%, em 2020.

A desigualdade também é uma marca inequívoca do nosso estado. Somente na Região Metropolitana de Fortaleza, mesmo com uma leve redução nos últimos anos, o rendimento médio mensal per capita dos 10% mais ricos, em 2021, era quase 29 vezes maior que o dos 40% mais pobres. No ano anterior, esse número chegou a ser 32 vezes maior. Em 2019, antes da pandemia, essa razão era de 30, 6 vezes. Entre as regiões metropolitanas brasileiras, a Grande Fortaleza é a 12^a mais desigual.

Ao mesmo tempo, mostra o estudo, em 2 anos, o grupo mais pobre teve queda no rendimento médio mensal per capita de 11,64%, passando de R\$ 189 para R\$ 167, no período analisado, o grupo mais rico teve perda maior, percentualmente falando, passando de um rendimento médio mensal per capita de R\$ 5.833 para R\$ 4.608, ou cerca de 21%, em dois anos. Por sua vez, o grupo intermediário teve menor perda (pouco mais de 4,55%) de renda média mensal per capita em relação aos demais e foi de R\$ 946 para R\$ 903.

O primeiro e terceiro grupos representam a imensa maioria e marcam os pobres da RMF, conforme o Boletim Desigualdade nas Metrôpoles é produzido pelo Observatório das Metrôpoles, em parceria com a Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS) e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL).

CONCENTRAÇÃO E DOMÍNIO DE MONOPÓLIOS

Os dados mostram que o atual modelo de desenvolvimento do Estado do Ceará nem de longe pode acabar com tal desigualdade. Temos uma economia dependente dos grandes capitais internacionais, bem como um processo acelerado de desnacionalização da nossa economia. Um dos grandes e alardeados projetos de desenvolvimento foi a criação da CSP (Companhia Siderúrgica do Pecém). Trata-se de uma 'Joint venture' (consórcio empresarial) formada pela brasileira Vale (50% de participação) e as sul-coreanas Dongkuk (30%) e Posco (20%), sendo a quarta maior siderúrgica do mundo.

A companhia ocupa 571 hectares do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (Cipp). O início das operações da siderúrgica deu-se em 2016. O aporte de US\$ 5,4 bilhões para a construção da indústria foi o maior investimento privado da história do Ceará. Em 2021, as placas de aço produzidas pela CSP representaram 46% da movimentação total de cargas do Porto do Pecém. Ao todo, passaram pelo terminal cearense no ano passado 22,3 milhões de toneladas.

Assim, todo esse potencial industrial tem gerado empregos, mas por outro lado, enviado enorme quantidade de divisas para esses monopólios internacionais. Recentemente, a companhia anunciou a venda de participações para outros monopólios.

Esse é um exemplo recente, mas ilustrativo da nossa dependência. Outro são os investimentos em energia eólica, no agronegócio, etc. Tal dependência gera instabilidade e amplia a lucratividade desses grandes capitalistas.

É PRECISO OUTRO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

A UNIDAE POPULAR defende um modelo de desenvolvimento autônomo, voltado ao mercado interno, com financiamento próprio e garantindo aos trabalhadores autosuficiência energética, alimentar e industrial. Não podemos continuar mantendo um crescimento que não diminui a desigualdade e completamente distante dos anseios da imensa maioria da sociedade.

Além disso, a arrecadação oriunda das nossas atividades econômicas é desigual e favorece o grande capital. É preciso modificar a estrutura tributária do estado para diminuir os impactos sobre os pequenos comerciantes e industriais; sobretaxar as grandes

companhias multinacionais; ampliar os programas de geração de emprego e garantir ampliação da renda dos trabalhadores.

Por isso propomos:

1. Taxação das grandes propriedades agrícolas, comerciais e industriais do Estado. ICMS PROGRESSIVO;
2. Criação de Estatal Eólica do Ceará;
3. Criação/Ampliação do imposto anual da renda diferencial imobiliária, para imóveis beneficiados na cidade por obras realizadas pelo poder público em qualquer âmbito; taxa de 2% do valor
4. Criação do Banco Estadual de Fomento e Estimulo à Economia Popular;
5. Criação da Empresa Estadual de Moradia Popular;
6. Criação da Empresa Estadual de Turismo Sustentável;
7. Criação do Instituto Estadual de Fomento à Inovação Tecnológica;
8. Incentivar a criação do Programa CEARÁ do Futuro, com o objetivo de atrair projetos de tecnologia limpa, particularmente criando cooperativas nesse campo;
9. Estabelecer parcerias com as instituições de ensino visando articular investimentos públicos no setor de Tecnologia de Informação;
10. Conceder bolsas integrais ou parciais de estudos, para estudantes egressos do ensino médio da rede pública, com objetivo de incentivar o desenvolvimento de carreiras em cursos de tecnologia;
11. Criar 100 mil frentes de trabalho em diversas ações de infraestrutura;
12. Ampliar ações de Tecnologia da Informação, voltado para atender os profissionais desempregados, microempreendedores da cidade que necessitem de amparo;
13. Incentivar a instalação de indústrias de tecnologia limpa e reciclagem;
14. Criar o Observatório de Desenvolvimento e Emprego;
15. Realizar parceria com a Petrobrás e Cegás para a produção de gás a partir de aterros sanitários;
16. Estimular a pesca com a criação/ampliação do programa estadual da pesca, centralizando ações e ajudando na captação de investimentos;
17. Ampliar o Programa de Capacitação Profissional;

18. Criar Programa Estadual de Cooperativismo com assessoria financeira, advocacia e comercial; estimular com crédito de baixo custo;
19. Unificar as ações cooperativas do Estado;
20. Criar programa de unificação das FEIRAS LIVRES, ajudando os feirantes quanto a compra, crédito para estruturação e manuseio dos alimentos
21. Ampliar a FEIRA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA reunindo ações em todas as cidades do Estado do Ceará;
22. Criar a Companhia Cearense de Transporte para estímulo de novos negócios na área rodoviária;
23. Criação da Companhia Cearense de Infraestrutura e Urbanismo;

2. EDUCAÇÃO PÚBLICA

Temos visto, recorrentemente, em propagandas governamentais o grande 'êxito' da educação pública cearense. Embora possamos considerar avanços na Rede Estadual de Educação, é preciso avançar muito mais! Há realmente um maior investimento, o que acarretará até o final do ano no total de 746 escolas regulares e profissionais no âmbito do Estado do Ceará. Ao mesmo tempo, a Unidade Popular acredita numa mudança conceitual da Educação, não apenas estatística. Para a UP, temos que educar nossa juventude para transformar a sociedade, não apenas para geração de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Façamos algumas considerações.

O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PÚBLICA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz em seu texto a incumbência de criação de diretrizes que nortearão os currículos da Educação Básica e a Resolução n. 4/2010 do Conselho Nacional de Educação aprovou as diretrizes gerais para a Educação Básica e posteriormente as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN). As DCNEF tem como fundamentos o direito à educação e a oferta de uma educação com qualidade social, como princípios norteadores, os princípios éticos, políticos e estéticos, a sua clientela são as múltiplas infâncias e a adolescência.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC é um conjunto de orientações que norteiam os currículos das escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o Brasil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs são diretrizes separadas por disciplinas, elaboradas pelo governo federal e não obrigatórias por lei. Orientam as discussões pedagógicas internas às escolas, a produção de livros e outros materiais didáticos e a avaliação do sistema de educação.

A educação é um direito fundamental de todos, por meio do ensino e da aprendizagem promove o desenvolvimento humano e sua capacidade intelectual não se limitando apenas à instrução ou à transmissão de conhecimento, mas deve buscar o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico. Infelizmente essa não é a realidade que muitas vezes encontramos em nossas escolas. Construir espaços democráticos com respeito às crianças e adolescentes, garantindo a participação da comunidade e o envolvimento dos

familiares é algo fundamental mas extremamente desafiador, frente a realidade da nossa clientela e principalmente o modelo educacional implementado ao longo dos anos.

É importante destacar ainda a necessidade da garantia de uma educação inclusiva em nossas escolas. A Constituição Federal de 1988, no artigo 208, afirma que é dever do Estado assegurar atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. E o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069 de 1990, reafirma a garantia do acesso de crianças e adolescentes com deficiência ao ensino regular. Já no que tange aos aspectos formativos, a LDB de 1996, trata em seu texto acerca da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades e demandas das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Infelizmente, a formação docente no que diz respeito ao atendimento educacional especializado (AEE) ainda é insuficiente, tendo em vista que a maioria das escolas possuem apenas um (a) profissional especializado (a) em AEE para atender várias crianças e orientar praticamente todos (as) professores (as). Outro aspecto que merece destaque é a precária infraestrutura das instituições de ensino, que raramente são de fato acessíveis para os (as) educandos (as) e demais membros da comunidade escolar que possuem algum tipo de deficiência ou limitação física.

O Conselho Nacional de Educação (CNE), no texto da Resolução CNE/CEB Nº 2, define Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Considera que o atendimento escolar dos alunos com deficiência deve ter início ainda na Educação Infantil. Dentre as suas principais determinações, afirma que “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma Educação de qualidade para todos”.

No que se refere a avaliação a Educação Básica, mais especificamente, a Alfabetização, são avaliadas periodicamente por órgãos dos governos Estadual e Federal. As avaliações aplicadas são a Prova Brasil que é um instrumento de captação de dados para a construção do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e constitui uma avaliação que contempla as disciplinas de português e matemática. E o Spaece (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará), uma avaliação estadual que abrange as escolas públicas das redes estadual e municipais do Ceará. Avaliando os alunos

da Educação Básica, especificamente dos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental com itens elaborados pelos professores da Rede Pública, tendo como orientação os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação (MEC) e os Referenciais Curriculares Básicos da Secretaria da Educação do Estado (Seduc).

Importante ressaltarmos que o Spaece tem sido alvo de críticas por parte de uma parcela considerável dos professores e professoras da rede municipal, por muitas vezes se tornar um “teste” que não representa de fato o nível de aprendizado das crianças, mas acaba representando qual escola “treinou” melhor seus alunos para responder as avaliações. Acreditamos que avaliação é fundamental, mas ela precisa ser diagnóstica da situação das escolas e não servir como maquiagem para os problemas, ou uma geradora de estatísticas de desempenho. Ao mesmo tempo que se torna extremamente complicado avaliar o aprendizado sem levar em consideração a falta de estrutura das escolas, de material e equipamentos para que de fato o ensino de desenvolva e a aprendizagem aconteça.

A SITUAÇÃO DOS PROFESSORES TEMPORÁRIOS

A valorização da educação no nosso estado perpassa pela valorização dos seus profissionais, a manutenção do piso nacional do professores e professoras como a lei do 1/3 é algo fundamental, mas que não é assegurado se não estivermos sempre em alerta.

A situação dos temporários ainda é mais alarmante, além de não termos os nossos direitos regidos pela CLT, o regime de trabalho através do contrato temporário é algo que gera uma situação de desconforto e uma grande instabilidade financeira e emocional, a partir do momento em que não sabemos se iremos trabalhar por todo o mês. Além da rotatividade em várias turmas diferentes, por que na maioria das vezes estamos cumprindo apenas o tempo de uma licença de um efetivo, o que impossibilita que desempenhamos o nosso trabalho com qualidade, pois quando estamos criando uma referência pedagógica e afetiva com a turma, encerra-se o contrato. Mas sabemos que a demanda de professores existe o que falta é coragem e vontade política de fazer concurso para efetivo ou efetivar os temporários com mais de dois anos na rede o que defendemos como uma das nossa principais propostas.

Propostas:

1. Escolas adequados para a realidade dos alunos;

2. Distribuição do material escolar no início do ano letivo (mochilas, agendas, 2 fardas para cada aluno;
3. Prestação de contas com o dinheiro investido na compra do material e fardamento dos alunos;
4. Criação de kit para cada professor de toda rede pública (material usado no dia-a-dia);
5. Garantir a fiscalização de todas as unidades escolares ao fim de cada ano letivo com inspeção das instalações elétricas e dos prédio;
6. Garantir que as salas de aula sejam arejadas e que comporte a quantidade de aluno de acordo com o espaço físico;
7. Construção de quadras em todas as escolas para garantir atividades recreativas e esportivas;
8. Estacionamento para os funcionários da escola;
9. Material de limpeza de qualidade;
10. Campanha contra o assédio moral;
11. Projetos sociais que envolvam escola/comunidade para conscientização;
12. Realização de Concurso para professor(a) efetivo a cada dois anos;
13. Efetivação dos professores temporários com mais de dois anos na rede de educação;
14. Parceria com os centros de educação das Universidades – UFC e UECE;
15. Continuidade das formações;
16. Ampliação da oferta de vagas do ensino médio.
17. Fazer busca ativa para matricular todos os adolescentes que estejam fora da escola;
18. Ampliar o número de Escolas em Tempo Integral, priorizando cidades com menores IDHs.
19. Ofertar um notebook para todos os professores da rede estadual.
20. Criar centros de pesquisas, em parceria com as universidades estaduais, em todas as regiões do estado.
21. Criar a Academia Estadual de Formação dos Professores.
22. Convocar o Cadastro de Reserva do último concurso para professor efetivo realizado pela Seduc.
23. Aumentar o financiamento público para as universidades estaduais.
24. Concurso público para professor efetivo das estaduais, a cada 2 anos.
25. Flexibilizar lei estadual para que as universidades possam realizar os seus concursos

públicos para professores efetivos ao ter a demanda gerada pelos departamentos, diretorias ou centros.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos historicamente tem sido secundarizada no sistema de educação dos Estados em nosso país. Somente em Fortaleza de acordo com dados da Prefeitura atualmente são 84 polos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atendem cerca de 13 mil alunos, desses cerca de 400 com mais de 60 e 5.300 com a faixa etária entre 30 e 59 anos. Nosso povo pobre, muitas vezes, acaba tendo que sair da modalidade de ensino regular, por questões diversas, como a necessidade de procurar um emprego para ajudar nas despesas da família, a gravidez precoce, que acaba afastando as jovens mulheres do espaço de formação escolar, os problemas graves de saúde, pelos quais nossa população é acometida, e, nos dias de hoje, a própria violência urbana tem sido uma variável importante na evasão de nossos jovens da escola, pois suas vidas estão em risco nesta conjuntura social.

Pereira e Brito (2014) apontam que a desarticulação entre as instâncias responsáveis pela EJA dificulta bastante a efetivação da realização desse direito, que é garantido pela LDB – Lei nº 9394/96. Além de constatarem que o aporte do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), reservado para essa modalidade de ensino, não é utilizado em sua totalidade, demonstrando o desinteresse por parte das gestões públicas no âmbito da educação básica a EJA e seu público, marginalizado também pela instituição escola.

Ainda segundo as autoras, o perfil dos discentes da EJA é de jovens e adultos pobres, trabalhadores, pouco escolarizados e não alfabetizados, muitos idosos também procuram a EJA, na maioria das vezes, motivados pelo desejo de aprender a ler e escrever. Já os profissionais lotados nessa modalidade de ensino são, em sua maioria, considerados semiqualeificados, por não serem especializados em EJA, e sua condição de contratação é extremamente precarizada no município, através, muitas vezes, de contratos temporários.

A dinâmica escolar para a EJA apresenta-se diferente daquela da modalidade regular, primeiro porque está inserida no turno noturno, quando as escolas estão com menos funcionários e os espaços multidisciplinares como bibliotecas, laboratórios e refeitórios

estão fechados. É importante destacar que a grande maioria das escolas que oferecem esta modalidade de ensino encontram-se nas periferias. Segundo, a maior parte dos discentes trabalham o dia inteiro, e à noite chegam às escolas já cansados, por isso é necessário que melhores condições de ingresso e permanência desse público sejam constituídas pelo Estado.

Nos últimos anos, esta modalidade de ensino tem sido menos ofertada em todo o Estado, a evasão e o abandono são apontados como a causa disso, porém entendemos que o currículo e as metodologias pedagógicas desestimulam os discentes, que, diferente daqueles da modalidade regular, precisam de outros incentivos para continuar seus estudos. Uma questão que merece ser apontada é o problema da “infantilização”, tanto por parte dos (as) docentes quanto dos (as) gestores (as), das atividades ofertadas na EJA. É necessário conhecer as demandas da comunidade escolar em geral e dos (as) educandos (as) atendidos por essa modalidade, reconhecendo que estes (as) têm experiências de vida que precisam ser valorizadas e legitimadas no processo de ensino-aprendizagem.

Propostas:

1. Formação específica e de qualidade aos profissionais que atuam na EJA.
2. Concurso público para professores formados em EJA.
3. Oferta de modalidade semipresencial como opção para os discentes que têm dificuldade em estar nas aulas todos os dias da semana.
4. Mudança no currículo e na avaliação com foco na diversidade sociocultural do público da EJA.
5. Bolsa de estudos para subsidiar transporte, alimentação, materiais de estudos e demais necessidades dos discentes.
6. Adoção da metodologia da Aprendizagem Cooperativa e Solidária como proposta de educação para a EJA.
7. Adequação da estrutura física das escolas para o trabalho com a EJA.
8. Transporte escolar aos discentes que precisarem voltar para casa com mais segurança, devido à insegurança das ruas no turno da noite, em especial, as discentes mulheres.
9. Creche nas escolas, para as estudantes mães.
10. Inserção dos movimentos sociais presentes nas comunidades com projetos inseridos no currículo escolar, com aprendizagens significativas para a vida e a

realidade dos sujeitos em seus espaços sociais.

SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES

Com o avanço do capitalismo, também nas relações em nível de Estado, a categoria docente em nosso país tem sido uma das primeiras mais fortemente atingidas pelo adoecimento mental. Além disso, ao se levar em conta apenas a perspectiva biológica do conceito saúde-doença gera-se uma subnotificação dos casos e em consequência da busca pelo tratamento adequado a essa problemática.

Os profissionais da educação têm apresentado, cada dia mais, queixas de estresse, ansiedade, depressão, fadiga do trabalho e esgotamento físico e mental advindos do excesso de atividades que a profissão lhes impõe. A realidade do sistema de educação público em nosso ESTADO é preocupante e adoecedora a toda a comunidade escolar, contudo, há um estigma social pesando em cima dos docentes, que são historicamente responsabilizados diretamente pelo fracasso da instituição escola, especialmente, no âmbito público e nos níveis básicos da educação.

Para Marques e Firkowski (2013), as condições de trabalho as quais o professor está submetido desgastam a sua capacidade laboral tanto física (uso da voz, trabalhar em local inadequado) quanto psíquica (pressão com prazos a cumprir, desqualificação do trabalho), e em contrapartida, esta categoria também não consegue fazer o processo de reprodução, ou seja, manutenção da sua força de trabalho, com atividades de descanso e lazer, pois além de encontrar em casa mais trabalho, como a lida doméstica e familiar, é uma prática em nosso país, os docentes levarem trabalho da escola para concluírem em casa (como correção de provas, elaboração de aulas entre outros).

A Organização Internacional do Trabalho (OTI) reconhece a profissão docente como importante para a reprodução de novos profissional ao mercado capitalista, contudo, o que se apresenta a esta categoria é, cada dia mais, a retirada de seus direitos trabalhistas, o arrocho salarial, altas jornadas de trabalho, a imposição de relações de trabalho cada vez mais hierárquicas, o não apoio por partes dos Estados na formação continuada, através da recusa de afastamento remunerado aos professores que investem em pós-graduação e pesquisa. O quadro apresentado tem apontado um desejo de abandono da profissão por parte desses profissionais, além do desestímulo com a prática pedagógica dentro das escolas. O

que, entre tantos fatores também relevantes, interfere diretamente na dinâmica de toda a comunidade escolar.

Por isso, é necessário que o Estado intervenha profunda e efetivamente nessa situação. É responsabilidade do Estado, como empregador desses profissionais, garantir melhores condições de trabalho e saúde ao grupo, priorizando também o tratamento aqueles que se encontram em processo de adoecimento, e a prevenção aos demais docentes.

Propostas:

1. Garantir na carga horária de trabalho tempo para os docentes realizarem acompanhamento psicológico, através do IPM, para todos os professores da rede que solicitarem esse recurso.
2. Aumento salarial e valorização da categoria garantindo apoio e afastamento remunerado em caso de licença saúde ou para formação continuada.
3. Ampliação do tempo de planejamento escolar na carga horária do docente.
4. Promoção de ações permanentes educativas na escola a respeito de saúde mental para toda a comunidade escolar.
5. Garantir profissionais de psicologia nas escolas da rede.

Referências: MARQUES, Lara Bolleta e FIRKOWSKI, Nicole de Freitas. **SAÚDE DO DOCENTE: FATORES QUE LEVAM AO ADOECIMENTO MENTAL DA CATEGORIA NO BRASIL**, 2013. VII JORNADA DE SOCIOLOGIA DA SAÚDE/ Saúde como objeto do conhecimento: história e cultura ISSN: 1982-5544 Curitiba-PR.

Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/sociologiasaude/files/2013/12/SA%C3%A9-DO-DOCENTE.pdf>

Referências: PEREIRA, Sônia e BRITO, Célia Maria Machado de. **As práticas pedagógicas no processo de escolarização de jovens e adultos em Fortaleza e os desafios para a efetivação do direito à educação**, in Didática e Prática de Ensino na relação com a Formação de Professores. EdUece. Livro 2. E-book. <http://www.uece.br/endipe2014/>

3. PROMOÇÃO DA SAÚDE, ESPORTE E LAZER

CONCEPÇÃO DE SAÚDE

O marco inicial do movimento que visa à Promoção da Saúde, segundo Farinatti e Ferreira (2006), foi a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários em Saúde, realizada em 1978 na cidade de Alma-Ata, ex-URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). O encontro de Alma-Ata contou com a participação de 134 países, de 67 organizações das Nações Unidas, de instituições e organizações não-governamentais.

Em 1947, a Organização Mundial da Saúde (OMS), fruto de um debate entre os profissionais e pesquisadores das áreas afins, traz uma perspectiva mais social e integral sobre saúde, quando diz que “a saúde traduz um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não consistindo apenas na ausência de doenças ou enfermidades”. Dessa forma, as Resoluções de Alma-Ata consolidam debates e práticas que surgiram ao longo dos anos, visto o fato das ações praticadas antes da conferência no que se refere à saúde não obtiverem resultados positivos.

Foi para compreender os investimentos realizados pelos governos e seus índices na melhoria da saúde, que o então ministro canadense Lalonde, na década de 1970, investigou o processo saúde e doença, concluindo que a influência dos estilos de vida e do ambiente eram responsáveis por 80% das causas de doenças. (HAESER; BÜCHELE; BRZOWSKI, 2012). De acordo com Carvalho (2004), a partir desse estudo, em 1974, surgiu o Relatório Lalonde, com propostas de algumas dimensões que deveriam ser levadas em consideração para o setor saúde (natural e social; estilo de vida individual; genético-biológico e os serviços de saúde). Ou seja, uma “relação entre doenças e condições sociais” deve ser analisada na promoção de políticas públicas (HAESER; BÜCHELE; BRZOWSKI, 2012). Em 1978, em Alma-Ata, chega-se a um consenso que a saúde é um direito integrante de vários setores da sociedade, portanto, intersetorial, e não apenas ligada aos órgãos de saúde (HAESER; BÜCHELE; BRZOWSKI, 2012).

De Alma-Ata saíram os princípios considerados mais modernos, naquele instante, sobre promoção da saúde, tendo sido base para a formulação das diretrizes da Saúde para Todos até o ano 2000 e outros documentos importantes vinculados à OMS. Farinatti e Ferreira (2006) consideram como reafirmação definitiva dos princípios de Alma-Ata, o

documento intitulado *Health promotion: a discussion document of the concept and principles*, de 1984, da OMS, sendo: a) a promoção da saúde deve considerar o conjunto da população, e não apenas os grupos definidos como de risco; b) assegurar que o ambiente que nos cerca possa favorecer a saúde; c) participação comunitária na aquisição, individual e coletiva, de hábitos de vida; d) variedade de estratégias e meios, como a comunicação, educação, legislação, disposições fiscais, estruturas organizacionais, desenvolvimento comunitário e atividades espontâneas locais; e) os profissionais devem familiarizar-se com autonomia e capacitação individual e coletiva.

Dentro desse princípios elencados, podemos destacar que a escola é um potencial espaço promotor de saúde, sendo também uma forma de aproximação e inserção da comunidade ao seu entorno em campanhas de mobilização social e conscientização sobre saúde. Em 1986, em Ottawa, no Canadá, durante a I Conferência Internacional de Promoção da Saúde, é lançada a Carta de Ottawa. Para Tavares (2011, p. 1865), a Carta de Ottawa, em referência à promoção da saúde, “enfoca a sua inserção no escopo das ciências sociais, como campo ainda em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que busca iluminar seu entendimento como um novo paradigma em saúde”.

Carvalho (2004, p. 1089) expõe mais alguns fatores considerados relevantes por Ottawa, como “justiça social, a equidade, a educação, o saneamento, a paz, a habitação, o salário digno, a estabilidade do ecossistema e a sustentabilidade dos recursos naturais são pré-requisitos essenciais à saúde da população”.

No desenvolvimento do programa da UP, aproxima-nos a definição de Promoção da Saúde, ou Nova Promoção da Saúde:

como um meio de se contribuir para mudanças sociais e na relação entre cidadãos e Estado e, além disso, como uma forma de deslocar a ênfase na medicalização do sistema de saúde para o enfoque em políticas públicas e ações multissetoriais. Nesse sentido, a participação social e o empowerment são apontados como elementos-chave, condenando estratégias que culpabilizam o indivíduo por sua condição de saúde e que se limitam a prescrever comportamentos independentemente dos condicionantes sociais, econômicos e culturais e em detrimento de seu enfrentamento. (FERREIRA; CASTIEL; CARDOSO, 2011, p. 866).

A Nova Promoção da Saúde é uma crítica ao modelo desenvolvido a partir de 1970, considerado comportamentalista (CARVALHO, 2004), pois assumia a necessidade de transformações nos comportamentos individuais e estilos de vida, sem levar em consideração os fatores que possam estar fora do controle dos indivíduos (HAESER; BÜCHELE; BRZOWSKI, 2012).

A tendência da Nova Promoção da Saúde advoga que o ambiente social, econômico, cultural, ou seja, os condicionantes sociais que possam estar ou não sob o domínio dos sujeitos e comunidades, deveriam ser ressaltados e determinantes na ideia de promoção da saúde (FERREIRA; CASTIEL; CARDOSO, 2011; HAESER; BÜCHELE; BRZOWSKI, 2012).

É preciso entender e analisar bem os condicionantes sociais que têm relação com a saúde (urbanização, saneamento, transporte, acesso aos bens culturais e situação econômica), assim como os modelos de estruturação das práticas de atividades físicas. Agindo de tal maneira, evita-se que o sujeito seja o único culpado por sua condição de saúde, ou seja, transferir uma questão social para uma responsabilidade individual.

Democracia, acesso às informações, capacitação individual e coletiva, formulação de políticas públicas e cidadania são alguns elementos que também são apresentados pela proposta de Nova Promoção da Saúde, que se aglutinam em torno do sentido de empoderamento. O “empowerment” é, nas palavras de Carvalho (2004), “um conceito complexo que toma emprestado noções de distintos campos de conhecimento. É uma ideia que tem raízes nas lutas pelos direitos civis, no movimento feminista e na ideologia da “ação social” presentes nas sociedades dos países desenvolvidos”. Na elaboração da proposta de promoção da saúde, o termo “empoderamento” foi constituído como um eixo central que vislumbra a participação ativa do sujeito (CARVALHO, 2004). Dessa forma, o homem passa de um simples espectador e irá cumprir um papel muito mais atuante, menos comodista e construtor de sugestões para as atividades, politizando-se e tornando-se um indivíduo mais crítico e mobilizador (BYDLOWSKI; LEFEVRE; PEREIRA, 2011).

Carvalho (2004) aponta a existência de duas noções de “empoderamento”. A primeira é a psicológica, caracterizada pelo fortalecimento de autoestima, capacidade de adaptação, autoajuda e solidariedade. A outra é o “empoderamento” comunitário, onde as pessoas se engajam em lutas para que melhores condições estruturais surjam. Através do

empoderamento das atitudes e ações, fortalece-se a cidadania, dando espaço para o protagonismo do homem e da mulher nessa construção social da relação saúde/doença e em busca de autonomia.

A autonomia é, segundo Haeser, Büchele e Brzozowsky (2012) outra categoria central no ideário da Promoção da Saúde. Os mesmos autores conceituam autonomia como liberdade, independência moral e intelectual, abrindo espaços para que o homem escolha leis que possam reger sua conduta. Lima, Malacarne e Strieder (2012) afirmam que a autonomia forma pessoas que são resistentes às influências negativas.

Haeser, Büchele e Brzozowsky (2012) confirmam que a autonomia necessita de alguns elementos para se constituir, como conhecimento popular e participação social, e, quando a partir das ações de promoção da saúde, ampliam-se o controle dos indivíduos sobre os determinantes da saúde, ampliam-se, em conjunto, a autonomia do sujeito e das coletividades.

No que diz respeito à promoção da saúde e a reorientação das ações e práticas profissionais, Brasil (2007) destaca que a orientação predominante ainda está alheia ao debate crítico que vem acontecendo na área da saúde nos últimos 30 anos. Os currículos de formação profissional são defasados e as metodologias de ensino ainda estão fortemente marcadas pelo tradicionalismo na transmissão de conhecimentos, com enfoque excessivo numa especialização dependente de alta tecnologia.

A abordagem interdisciplinar e o trabalho em equipes multiprofissionais, raramente são explorados pelas instituições formadoras na graduação, o que se reproduz nas equipes de saúde, resultando na ação isolada de cada profissional e na sobreposição das ações de cuidado e sua fragmentação. (BRASIL, 2007, pg. 8).

Brasil (2007) sugere como propostas de uma nova orientação nas ações profissionais dos setores ligados à saúde que, primeiramente, estabeleça-se uma maior cooperação entre os gestores do Sistema único de Saúde (SUS) e as escolas, com a participação da medicina, enfermagem e odontologia e outras áreas ligadas à saúde, através do desenvolvimento de orientações teóricas dos determinantes de saúde e doença; prática da pesquisa ajustada à realidade local; educação permanente em saúde; integração entre o serviço e o ensino; análise crítica dos serviços e aprendizagem ativa.

Portanto, necessita-se de um espaço para que as informações possam ser

ressignificadas, práticas elaboradas e o exercício da democracia e da participação social efetivados, não excluindo as responsabilidades individuais, mas também não as colocando como a determinante.

Referências

FARINATTI, P.T.V; FERREIRA, M.S. **Saúde, promoção da saúde e educação física: conceitos, princípios e aplicações.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

HAESER, L.M; BÜCHELE, F.; BRZOZOWSKI, F.S. Considerações sobre a autonomia e a promoção da saúde. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 605-620, 2012.

CARVALHO, S.R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1088-1095, jul-ago, 2004.

TAVARES, M.F.L. Promoção da Saúde: a construção social de um conceito em perspectiva comparada. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.27, n.9, p.1864-1867, set. 2011.

LIMA, D.F.; MALACARNE, V.; STRIEDER, D.M. O papel da escola na promoção da saúde- uma mediação necessária. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, n. 28, p. 191-206, maio-agosto, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde-Pró-Saúde: objetivos, implementação e desenvolvimento potencial, Brasília, 2007

Propostas:

1. Criar a coordenadoria de promoção da saúde na gestão administrativa da Secretaria Estadual de Saúde.
2. Fim das parcerias-público-privadas com planos de saúde.
3. Em conjunto com a Secretaria de Educação, articular criação de projetos permanentes, transversais, nas escolas da rede sobre promoção da saúde.
4. Criar conselhos de Saúde, composto por representações de associações de bairros, movimentos populares, movimentos sociais, entidades estudantis, sindicatos, para debater e encaminhar ações sobre saúde, em especial nas campanhas preventivas e atendimento primário. Cada conselho se encarregará de criar núcleos por

bairros.

5. Reforma e ampliação dos equipamentos de saúde Estaduais;
6. Construir e equipar com equipes multiprofissionais para o atendimento específico desse segmento social.
7. Fortalecer campanhas de vacinação nas escolas, com meta de vacinar todo o público escolar.
8. Ampliar a rede de saúde da família, com equipes com suporte profissional e insumos para atender, principalmente, famílias com histórico de diabetes, hipertensão arterial e cardiopatias.
9. Ampliação das equipes de atenção básica e saúde da família;
10. Concurso público
11. Combate à precarização dos trabalhadores da saúde
12. Ampliação da rede de distribuição de medicamentos
13. Ampliação da rede de esgotamento sanitário
14. Aumento da oferta de leitos credenciados ao SUS
15. Fortalecimento dos conselhos locais e do Conselho Municipal de Saúde
16. Educação continuada para os profissionais
17. Fomentar a participação das Universidades

PROMOÇÃO DO ESPORTE E LAZER

A ludicidade constitui uma grande ferramenta para o desenvolvimento do bem estar físico, psíquico e social. Desde tempos remotos, a humanidade criou diversas brincadeiras e jogos que servem como espaço de socialização. Com o advento do capitalismo, boa parte dessa rica produção cultural popular passa a ser mercantilizada e traz fortes traços ideológicos para manutenção das classes dominantes. Atualmente, há a chamada indústria do lazer, que gera trilhões de reais de lucros aos donos dessa rede de entretenimento.

O Estado do Ceará possui na sua estrutura administrativa uma secretaria de esporte e lazer e a política de lazer gira em torno dos serviços da indústria do turismo (bares, restaurantes, casas de shows, principalmente), que, muitas vezes, acabam reproduzindo a lógica do lazer passivo, voltado ao consumo de bebidas alcóolicas, prostituição e tráfico de drogas. É necessário, de imediato, mudar essa concepção. Por isso, a UP defende:

- 1- Articular junto à bancada federal a redução da jornada de trabalho sem redução de salários. Para a prática do lazer, o (a) trabalhador (a) necessita de tempo livre, realidade bem diferente da esmagadora maioria da população brasileira.
- 2- Aumentar o orçamento da Secretaria de Esporte e Lazer; diminuir gastos com publicidade, cortar patrocínios aos clubes profissionais de futebol, visto que essa não é a prioridade da gestão municipal.
- 3- Em parceria com a Secretaria de Cultura, criar atividades permanentes de lazer ativo nos terminais de ônibus (exibição de filmes, esquetes teatrais, apresentação de grupos folclóricos e de valorização da cultura regional).
- 4- Promover concurso público para o quadro de servidores técnico-administrativos da secretaria de esporte e lazer.
- 5- Reforma de todos os equipamentos administrados pela secretaria de esporte e lazer.
- 6- Revitalização do centro da capital, com atividades permanentes de teatro, cinema, música popular brasileira, com atividades às quartas e no final de semana.
- 7- Apoiar as parcerias com universidades públicas em estudos e projetos na área do lazer, a exemplo do Corredor Cultural de Fortaleza, descentralizando para os bairros da região periférica e suburbanos da cidade.
- 8- Defesa do passe-livre para estudantes, desempregados e professores (as) em cinemas
- 9- Defesa intransigente do respeito à meia-cultural em eventos privados de lazer e esportivos.

4. MEIO AMBIENTE, POLÍTICA ENERGETICA E AGROECOLOGIA

O desenvolvimento do capitalismo vem pondo em risco os ambientes naturais e a própria sustentação da vida humana. As condições de produção da indústria, da agricultura e da manutenção de serviços na sociedade de consumo capitalista reduziu os ambientes naturais em apenas produtores de matéria-prima, portanto mercadoria. Nas cidades, principalmente nas capitais, a concentração populacional produziu enormes problemas sociais que acabaram se refletindo nos ambientes naturais. Os problemas mais graves estão relacionados ao despejo de resíduos industriais e domésticos nos rios, mares, solos e subsolos.

Esses problemas ambientais são gerados por um modelo de produção concentrador de riqueza e que coloca na mão de poucos o destino de animais, vegetais e dos homens. Para esconder essa verdade, as classes dominantes se utilizam de campanhas ao estilo “Plante uma árvore, faça sua parte”, etc. As consequências danosas ao ambiente natural não são fruto da ação dos povos indígenas, nem pelos trabalhadores da indústria. A natureza está sendo destruída pelos capitalistas e, agora, pelos países imperialistas. Se esse sistema de produção capitalista não for substituído, não haverá garantia de vida para as próximas gerações.

A cada dia mais pessoas tomam consciência sobre a necessidade da preservação ambiental. Entretanto, UNIDADE POPULAR, não realiza esse debate e apresenta propostas sem apresentar um fato inegável: as grandes empresas, o agronegócio e a mineração são responsáveis diretamente pelo desmatamento, envenenamento das bacias e destruição de regiões inteiras, com o puro interesse do enriquecimento fácil e rápido. Não queremos desenvolvimento de qualquer jeito. É preciso preservar e desenvolver de forma sustentável.

Nesse sentido, a UP apresenta propostas concretas para diminuir as graves ameaças ao meio ambiente:

1. FIRME CONTROLE DA MINERAÇÃO DO ESTADO E COMBATE COM FISCALIZAÇÃO ATIVA;
2. FORTALECIMENTO DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES
3. CRIAÇÃO DA EMPRESA ESTADUAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL
4. ESTIMULO E FINANCIAMENTO DA AGROECOLOGIA EM TODO O

ESTADO DO CEARÁ

5. INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS DO CEARÁ;
6. MUDANÇA DA LEGISLAÇÃO COM AUMENTO DAS MULTAS E MAIORES PENALIDADES PARA DESMATADORES E OUTROS CRIMINOSOS;
7. CRIAÇÃO/AMPLIAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E AGROECOLOGIA;
8. FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO A ENERGIAS RENOVÁVEIS;

5. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LBGTQIA+

O Brasil é um dos piores lugares do mundo para mulheres trans. Segundo dados da *Transgender Europe* 33% dos transfeminicídios cometidos na América Latina foram no Brasil, aqui a expectativa de vida de uma pessoa que se enquadra neste grupo é de 35 anos, os dados foram dados pelo Núcleo de atendimento à população transgênero no Hospital das Clínicas de São Paulo. Qual o perfil da (o) jovem transexual que sofre estas violências? Filha de família trabalhadora, obrigada à prostituição quando expulsa de casa, a Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA) descreve o perfil: “Entre o total de vítimas, 80% eram negras e 97,7% do gênero feminino.” Ou seja, mulheres trans trabalhadoras e, majoritariamente, negras. Sofrem por serem pobres, negras e por serem entendidas como “imitações de mulheres”.

O Ceará apresenta dados preocupantes nesse sentido, em 2020 era o segundo em mortes de pessoas trans, contudo por dois anos seguidos, 2021 e 2022, o Estado tem liderado o *ranking*, segundo dados da Rede de Observatórios da Violência foram onze transfeminicídios apenas no corrente ano.

A violência, contudo, não é apenas física, pois a essas mulheres é negado emprego por sua condição, e elas são obrigadas, para não morrer de fome, a se prostituir, mas não para por aí, é também levada a realizar sua transição de maneira perigosa, com próteses baratas colocadas em clínicas clandestinas, tomando hormônios sem acompanhamento médico e psicológico; diferentemente das mulheres trans de famílias ricas, que normalmente conseguem fazer transições de forma mais saudável e recebendo o tratamento ideal. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), 95% das transexuais e transgêneros são obrigadas a vender-se nas perigosas ruas das grandes cidades.

A longa e árdua batalha contra a LGBTfobia e, especialmente, contra a transfobia, passa, primeiro, pela luta pela sobrevivência destas pessoas à curto prazo, com acesso a educação, trabalho saúde, transição segura e gratuita. Porém, apesar de isso resolver problemas pontuais e inadiáveis, é preciso uma resolução em longo prazo, que impeça retrocessos tão comuns à democracia burguesa, é necessária a superação da exploração de classe, que por se dar em uma sociedade racista, machista e LGBTfóbica, acaba por excluir, diminuir e desvalorizar determinados grupos da classe trabalhadora, bem como a construção de uma educação que forme integralmente a pessoa (Emocional, cognitivamente), algo que

só é possível em um mundo que não sejam as “tendências de mercado” que mandem e um sistema de saúde universalmente público e humanizado, que respeite a pessoa em suas particularidades. É impossível resolver plenamente e irremediavelmente o problema das pessoas transexuais e transgêneros sem a construção de um poder popular em que estas sejam partes ativas e constituintes.

As mulheres trans da classe trabalhadora, no Brasil e no Ceará, precisam lidar com uma realidade difícil, violência, falta de apoio familiar, dificuldade de acesso à saúde e tratamentos gerais e específicos, assim como são minorias absolutas no ensino superior. É urgente que se planejem medidas afirmativas para sanar tais demandas: Garantia do direito ao trabalho digno, resgate da condição de prostituição das que padecem nesta condição, garantia de tratamento hormonal e psicológico no Sistema Único de Saúde e um amplo esforço de conscientização, de forma que sejam evitadas deserções familiares ou discriminações de qualquer natureza.

Em breve, entretanto, qualquer possibilidade da aplicação de qualquer coisa parecida com estas medidas será, inevitavelmente, letra morta. Aqueles que representam o que há de mais reacionário na política brasileira atacam a justiça do trabalho, desfiguraram os direitos trabalhistas com a famigerada “reforma trabalhista” a educação superior pública, já problemática, é difamada diariamente e ameaçada de privatização, o desemprego avança e a precarização e *uberização* são as únicas soluções vendida para nós pela burguesia desejosa de manter sua taxa de lucros intacta às custas da fome e da miséria generalizada.

Como se garantirá o direito das pessoas trans ao trabalho sem mecanismos de fiscalização? Que acesso terão as pessoas trans ao ensino superior em um cenário de privatização? Sem um SUS forte, bem financiado e que cubra amplamente a população será possível proporcionar o tratamento hormonal e psicológico para esta categoria da classe trabalhadora? A resposta a estas perguntas é uma só: A questão das pessoas trans é também de classe e sua luta é a de todos as trabalhadoras e trabalhadores.

Não é possível vencer imaginando que a luta das pessoas trans pelo reconhecimento e pela vida é uma questão de gênero isolada, que se resume a mudar placas de banheiros e rever nomes em dicionários, vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais e marcada pela luta entre elas. O engajamento deste grupo nas lutas da esquerda revolucionária é imprescindível, mudar a sociedade implica ação, organização e militância ativa. Defender a saúde pública, o direito e a justiça do trabalho, tal qual a educação básica e

superior gratuita e de qualidade é vital para que a concretização das reivindicações das pessoas trans trabalhadoras seja possível e está é, também, a luta da classe trabalhadora em geral.

Nesse sentido propomos:

11. Formar conselhos com poder deliberativo para definir e avaliar implementação de políticas públicas relacionadas à Questão LGBT.
12. Garantir tratamento de transição completo, seguro, gratuito e de qualidade para pessoas trans no SUS.
13. Ampla campanha de conscientização para o público em geral, entendendo a LGBTTfobia como um problema de segurança e saúde pública.
14. Fortalecer assistência a Mulheres Trans nas Delegacias da Mulher e Centros de Referência.
15. Cotas para mulheres trans nas Universidade Estaduais garantidas por Lei.
16. Revogação da lei que proíbe o debate sobre tolerância às pessoas trans nas Escolas de Ensino Médio Estaduais. (Projeto de Lei 72/2021).

6. DEMOCRACIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Temos visto intensa demagogia de candidatos acerca do tema de segurança pública. A ideia do aumento do armamento da população e uma maior truculência das polícias é o principal motor da ampliação da violência no país. Não é por acaso que a UNIDADE POPULAR vincula o acesso à direitos e uma maior participação das pessoas nas decisões como forma de aumentar a segurança do povo. Sabemos o quanto precisamos ampliar os meios de participação direta. Nós precisamos trazer o povo para as decisões. É preciso governar com o povo, para o povo e pelo povo, particularmente os trabalhadores cearenses.

DEMOCRATIZAÇÃO DO GOVERNO

Para ampliar essa participação popular, propomos:

1. Plebiscitos regulares sobre as principais decisões do governo;
2. Orçamento participativo com realização de Assembléias em todas as regiões do estado do ceará;
3. Criação, promoção e pleno funcionamento de todos os conselhos que assessorem o governo;
4. Garantia de congressos regulares das áreas de atuação do governo;
5. Criação de órgãos regionais de participação direta permanente;
6. Criação da Secretaria Especial do Poder Popular;

SEGURANÇA PÚBLICA

Pensar sobre a segurança pública no CEARÁ refletindo sobre o caráter de classes do estado, os problemas sociais e econômicos inerentes da sociedade capitalista é algo fundamental pois o caráter elitista, excludente, machista, racista e autoritário do estado brasileiro, herdados do escravismo colonial e da ditadura militar conserva sua essência até os dias atuais, ou seja, o estado continua a serviço das classes dominantes e oprimindo o povo pobre.

Dessa forma, inicialmente seria necessário uma mudança social profunda na qual

modificasse essa estrutura de poder, no entanto acreditamos que podemos avançar atualmente esse processo de mudança através de ações da gestão estadual em parceria com as comunidades e os movimentos sociais.

Nesse sentido, para iniciarmos esse processo de forma séria, acreditamos na necessidade de promovermos uma profunda interligação dos setores de atuação na gestão estadual referentes as áreas de direitos humanos, com responsabilidades específicas no âmbito da juventude e dos direitos das mulheres, bem como da área de habitação e cultura, por percebermos a importância dessa articulação para se pensar segurança pública com um caráter popular. Para tanto, propomos a construção de uma equipe de trabalho com os secretários e representantes dessas áreas, representantes da sociedade civil, entidades representativas e movimentos organizados para pensar coletivamente um plano de ação dentro desses princípios para ser iniciado ainda no primeiro ano de gestão. Um Conselho Estadual de Segurança Pública.

Para termos como meta o desenvolvimento de uma política de prevenção a violência baseada no respeito ao povo pobre se faz necessário além da interligação desses setores uma atuação efetiva com a equipe de desenvolvimento econômico e assistência social, com o intuito de promover a geração de empregos e cursos profissionalizantes para a população nas áreas mais vulneráveis economicamente e com altos índices de criminalidade.

Outro ponto importante será o compromisso com a não criminalização dos movimentos sociais e entidades de classe, o combate ao racismo, ao machismo e a homofobia nas corporações e nas suas ações frente a população. Nesse sentido, iremos construir inicialmente um seminário de formação para a POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS, etc. de direitos humanos, com o enfoque racial, classista e de gênero em parceria com as Universidades, entidades representativas e movimentos organizados. Em seguida, será realizado curso mensal com intuito de aprofundarmos essas temáticas e manter uma formação continuada para esses setores.

Propostas:

1. Promover interligação dos setores de atuação na gestão estadual referentes as áreas de direitos humanos, com responsabilidades específicas no âmbito da juventude e dos direitos das mulheres, bem como da área de habitação e cultura;

2. Construção de uma equipe de trabalho com os secretários e representantes das áreas de direitos humanos, com responsabilidades específicas no âmbito da juventude e dos direitos das mulheres, bem como da área de habitação e cultura, representantes da sociedade civil, entidades representativas e movimentos organizados para pensar coletivamente um plano de ação dentro dos princípios da participação popular para ser iniciado ainda no primeiro ano de gestão;
3. Promover o desenvolvimento de uma política de prevenção a violência baseada no respeito ao povo trabalhador, pobre, preto e periférico;
4. Atuação efetiva com a equipe de desenvolvimento econômico e assistência social com o intuito de promover a geração de empregos e cursos profissionalizantes para a população nas áreas mais vulneráveis economicamente e com altos índices de criminalidade;
5. Compromisso com a não criminalização dos movimentos sociais e entidades de classe, o combate ao racismo, ao machismo e a homofobia nas corporações e nas suas ações frente a população;
6. Realização de seminário de formação;
7. Promoção de curso mensal com intuito de aprofundamento das temáticas acima citadas e garantia de uma formação continuada para esses setores;
8. Criação da Justiça Comunitária em parceria com a Justiça Estadual para resolução de problemas simples que evitem encarceramento de pessoas;
9. Amplo programa de recolocação para pessoas oriundas do sistema prisional;
10. Ampliação do Programa de Acompanhamento Psicossocial da Polícia Militar e Bombeiro Militar para redução de problemas mentais nas corporações;

7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

A realidade das mulheres no nosso país demonstra que mesmo trabalhando fora, elas ainda são responsáveis por grande parte das tarefas domésticas, dos cuidados com os filhos e, muitas vezes, dos idosos. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, as mulheres realizam serviços domésticos durante 18,5 horas por semana, em comparação com 10,3 horas semanais gastas pelos homens. Um cenário de desigualdade muito mais agravado pelo quadro de isolamento social, no qual, as crianças dessas mulheres estão sem aula, sem creche e seus lares muito mais movimentados, ou seja, a dupla jornada de trabalho enfrentada 1/3 pelas mulheres, na quarentena, torna-se ainda mais exaustiva fisicamente, psicologicamente e emocionalmente.

O regime de home office tem sido outro grande problema enfrentado pelas mulheres trabalhadoras. Conciliar os horários de trabalho com as demandas dos filhos e da casa, torna-se um grande desafio, principalmente, em um contexto cultural que poucos homens dividem essas tarefas com suas companheiras, e, além disso, mais de 40% dos lares são chefiados por mães solas, o que atualmente representa mais de 11 milhões de famílias no Brasil.

Por outro lado, o Conselho Nacional de Justiça divulgou que existem no Brasil 5,5 milhões de crianças sem o nome do pai na certidão de nascimento. As mulheres desempenham os trabalhos domésticos, extremamente invisibilizados pela atual sociedade patriarcal – capitalista, e ainda permanecem à frente de todo o planejamento e o gerenciamento do lar, cuidando da saúde da família e dando suporte emocional, o que lhes causa um grande desgaste mental, que é ainda mais invisibilizado do que suas tarefas domésticas, visíveis aos olhos de todos quando chegam em casa e necessárias para o processo de reprodução social do sistema capitalista. Muitas mulheres neste período de pandemia têm apresentado sintomas de ansiedade ou depressão.

Os dados de 2018 da Organização Internacional do Trabalho – OIT mostram que a participação feminina no trabalho informal supera a masculina em muitos dos países em desenvolvimento. Isso quer dizer que, a força de trabalho feminina está nos postos de emprego com mais vulnerabilidade aos efeitos da pandemia, a exemplo das faxineiras e diaristas.

O Brasil é o país com a maior população de empregados domésticos do mundo, são

sete milhões de pessoas, em sua maioria de mulheres, negras e de baixa escolaridade, 35% sendo diaristas, sem contrato de trabalho, muitas vezes privadas dos seus direitos trabalhistas, como férias, 13º salário e pagamento de hora extra, situação essa que só se agravou neste período, é o que afirma os dados do IBGE. As mulheres também estão na linha de frente na proteção à saúde. No Brasil, cerca de 85% das enfermeiras são mulheres. Além das jornadas exaustivas, elas ainda são obrigadas a trabalhar com a escassez de equipamentos de proteção, sem os quais acabam por colocar em risco à própria saúde e a de seus familiares.

Em relação aos feminicídios no Ceará, a situação é alarmante. Segundos os dados do 15º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, nosso Estado é o segundo estado brasileiro com a maior taxa de homicídios de meninas e mulheres. De acordo com o levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a taxa é de 7 mortes a cada 100 mil mulheres no Estado, em 2020, quando 329 mulheres foram mortas. Em um comparativo com o ano de 2019, o último ano apresentou um aumento de 104 homicídios. Em 2021, esse número foi de 215 assassinatos. Uma realidade de medo para qualquer mulher cearense.

Por isso, a Unidade Popular conchama as mulheres a lutarem pelos seus direitos, por igualdade e contra essa epidemia de desigualdade e violência.

Propostas:

1. Criar Casas Abrigo para vítimas de violência em todas as regiões do Estado do Ceará
2. Criar mais 3 novos Centros de Referência da Mulher;
3. Criar o Instituto Cearense de Estudos sobre Mulheres;
4. Garantia de Saúde diferenciada na rede estadual;
5. Firme combate ao machismo, assédio e outras violências contra as mulheres;

8. MORADIA POPULAR

O Programa de governo “da Unidade Popular pelo Socialismo – UP” reúne um conjunto de propostas de políticas públicas elaboradas coletivamente por várias pessoas de vários CIDADES que se dedicam cotidianamente a lutar por uma cidade com justiça social, solidária e diversa. Ouvimos, debatemos e construímos esse programa respondendo a realidade das pessoas que tiveram suas vozes ouvidas e aqui apresentadas. Essas propostas são para termos um GOVERNO ESTADUAL que atenda a maioria do povo.

Queremos elaborar ações e propostas de governo que tenha o objetivo de superar o atual modelo de cidades que temos hoje, desigual e excludente, que investe principalmente nos bairros da elite e abandona os bairros pobres e populares. Não queremos cidades que tenham dois lados, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres.

O presente documento apresenta uma plataforma de análise, ações, eixos, com propostas às políticas públicas, sociais e econômicas para as cidades cearenses, garantindo a ampla participação popular, promovendo a justiça social que defende em primeiro lugar, aqueles que são explorados e oprimidos em detrimento de sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião e orientação sexual da nossa cidade.

Os espaços urbanos são transformados em oportunidades de negócios, onde o lucro está acima do bem-estar da maioria da população. E isso se reflete nos indicadores sociais. A desigualdade de renda continua marcante em todo o Ceará, isso significa que os ricos estão mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

O GOVERNO DO ESTADO DEVE PENSAR AS CIDADES ATRAVÉS DOS PLANOS DIRETORES

O Plano Diretor é um meio para se alcançar o desenvolvimento de uma cidade, onde a questão do planejamento tornou-se crucial para o pleno desenvolvimento da cidade e, sobretudo de seu desenvolvimento sustentável e cidadã. Através de uma gestão democrática e de um planejamento público em benefício de uma reforma urbana que tenha como prioridade acabar com as desigualdades sociais e esse é o eixo do que propomos para um plano diretor.

O governo do Estado do Ceará deve ter participação ativa, para ajudar a construir

cidades democráticas, sem déficit habitacional, com os equipamentos públicos (posto de saúde, creche pública, escolas municipais e saneamento básico) seja com qualidade e atenda toda a população cearense. A nossa juventude necessita ter acesso à cultura e ao esporte, que os equipamentos culturais como cinema, teatro, show, quadras esportivas estejam acessíveis para qualquer morador e moradora de nossa cidade. Não pode ser apenas privilégio de uma classe social, mas para toda a população.

O direito a uma espaço urbano sustentável significa, portanto, um direito coletivo da população a uma cidade sustentável, ou seja, o direito ao acesso a condições de vida urbana digna, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e aos equipamentos e serviços públicos.

POR UM GRANDE PROGRAMA DE MORADIA POPULAR

Hoje não se faz habitação para morar, mas para negociar e ter lucros. A política habitacional é submetida aos interesses de mercado imobiliário e das empreiteiras que se revezam nos principais contratos de obras públicas. Como a localização do terreno fica a critério das construtoras, as casas são erguidas em áreas distantes e isoladas, onde o custo da terra é mais baixo. São regiões onde não há a mínima infraestrutura urbana: o trabalhador ou a trabalhadora ganha uma casa, mas perde a cidade, porque existe poucas linhas de ônibus, escolas públicas, creche pública, unidades de saúde, rede de saneamento no local, direito a lazer e acesso à cultura para seus filhos.

Isso demonstra que na realidade não existe um planejamento estadual de habitação comprometido com a gestão democrática dos territórios que garanta a função social da propriedade e promova o direito à cidade. O mercado imobiliário é que decide as prioridades. Em consequência disso, o número de imóveis vazios, ociosos ou subutilizados, é igual ou superior ao número de famílias sem teto ou morando em condições inadequadas. O déficit habitacional de 130 mil unidades somente na cidade de Fortaleza, onde se concentra basicamente na coabitação familiar (quando há mais de uma família vivendo em uma única residência) e no ônus excessivo com aluguel (quando o aluguel ultrapassa 30% da renda familiar).

Queremos construir uma política habitacional voltada para a integração regional e o desenvolvimento comunitário. Para isso, a atual Secretaria das Cidades será remodelada,

ampliado seu papel e terá destaque na execução de ações para resolver os problemas nos municípios. É necessário dar fim à atual política de remoção forçada de favelas, garantir mecanismos de regularização fundiária e controle da valorização da terra e priorizar a destinação das terras públicas do Estado/Municípios para programas de moradia popular. Enfim, precisamos criar medidas que permitam retirar do mercado o controle sobre o uso do solo urbano e regular o setor imobiliário para fortalecer o acesso à moradia pela camada econômica de baixa renda em áreas centrais da cidade. Democratizar o uso do solo urbano para as pessoas que mais necessitem e que possa viver dignamente.

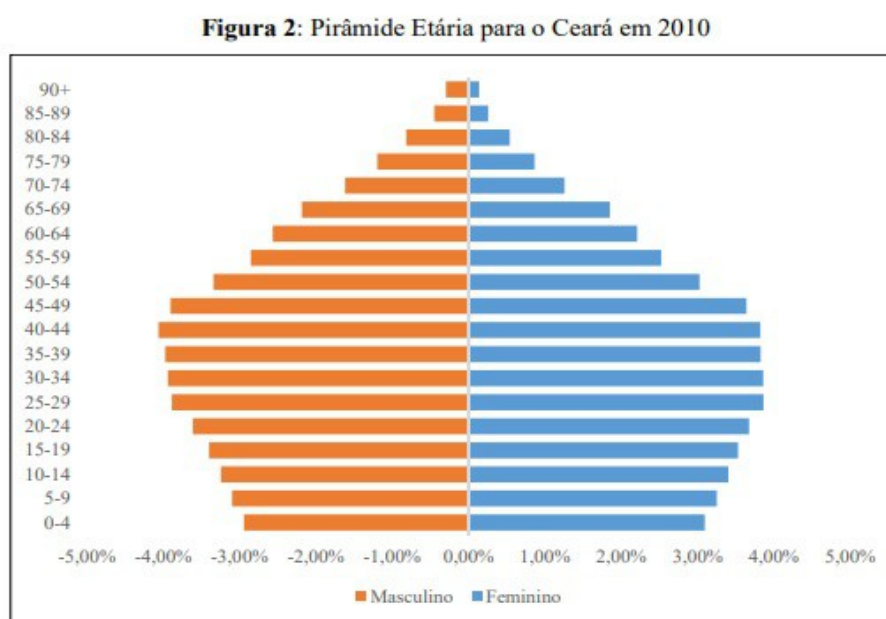
Propostas e Ações:

1. Criar/Ampliar o Conselho Estadual de Habitação, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de moradia; garantindo representantes dos movimentos populares ligados à questão habitacional no município;
2. Planejar uma política habitacional voltada para a integração regional, o desenvolvimento comunitário e a justiça socioambiental;
3. Criar uma política habitacional integrada com os movimentos sociais populares. As habitações populares garantam aos locais mobilidade urbana, iluminação pública, acesso à saúde e à educação, lazer, cultura e que a legalização de posse, a chave seja prioritariamente entregue às mulheres.
4. Produzir novos circuitos urbanos que articulem trabalho, moradia e mobilidade para reverter tanto a concentração territorial dos postos de trabalho quanto a dispersão dos locais de moradia em espaços urbanamente precários e afastados das áreas com infraestrutura urbana consolidada;
5. Extinguir a atual política de remoções, construindo um modelo de política habitacional que respeite os princípios constitucionais no que tange ao direito à integridade e inviolabilidade do domicílio;

6. Delimitar novas zonas de especial interesse social para assentamentos habitacionais de população de baixa renda em áreas das cidades com infraestrutura urbana consolidada, priorizando do centro da cidade;
7. Implementar novos programas de habitação de interesse social para garantir acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, por meio da aquisição de imóveis para fins habitacionais e da realização de obras e serviços voltados à modificação de uso e ocupação de imóveis que resultem em lotes urbanizados ou unidades habitacionais;
8. Redirecionar os programas de habitação popular, dando incentivos fiscais para as construtoras, para áreas com infraestrutura urbana consolidada, bem como garantir maior provisão de serviços públicos aos projetos já concluídos e entregues em áreas desprovidas de infraestrutura, priorizando as pessoas que estejam inseridas no déficit habitacional;
9. Aplicar instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para desestimular a presença de imóveis privados subutilizados, vazios ou abandonados;
10. Promover a regularização fundiária de favelas, loteamentos e ocupações consolidadas de forma integral;
11. Criar um programa municipal de assistência técnica para a requalificação urbana das favelas, loteamentos, assentamentos rurais, comunidades tradicionais e ocupações consolidadas em parceria com as Universidades públicas;
12. Criar a EMPRESA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR como forma de centralizar a política habitacional do Estado.

9. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

De acordo com dados do IPECE, a população cearense possui majoritariamente jovens de 10 a 29 anos. Sendo cerca de 1,8 milhão na faixa de 18-29 anos e de 1,7 milhões de 10-18 anos. Segue abaixo uma tabela ilustrativa do IPECE com base no CENSO 2010 da população cearense:



Fonte: IBGE. Elaboração dos autores

Logo, há uma expectativa que esse número deve ter crescido e aliado a isso, é necessário uma atenção maior para a elaboração de políticas públicas que contemple as necessidades da juventude.

Portanto, o aumento nos investimentos em educação básica, cultura, lazer e esporte, contribuem positivamente para o engajamento dos jovens e dando oportunidades para que os mesmos sejam atores na construção de uma cidade melhor. Assim, será possível obter uma diminuição considerável nos índices de mortalidade na adolescência em decorrência do ingresso de jovens, sem meios de produção cultural, esportiva e social, no crime organizado.

Dito isso, o ECA prevê em seu Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Importante observar que nesta escalada da violência, os mais vulneráveis também são

alvos. De 20 de março de 2020 até o último dia 27 de maio de 2021, pouco mais de dois meses, pelo menos 69 crianças e adolescentes foram assassinados no Estado, conforme dados da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Desde o fim de 2015, 10 adolescentes morreram em unidades do sistema socioeducativo do Ceará, sendo 9 apenas nos últimos três anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal Nº 8.069/1990) garante que adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação perderam momentaneamente suas liberdades, mas são possuidores de todos os direitos humanos, como ser tratado com respeito e dignidade (art. 124, V), cabendo ao Estado a adoção de todas as medidas de segurança para zelar pela integridade física e mental dos adolescentes internos (art. 125).

Ou seja, são dados que comprovam que o governo estadual precisa ter mais atenção as políticas de juventude, da garantia de acesso aos seus direitos básicos.

Por isso, propomos:

- 1) Construção de mais Centros Esportivos e de Lazer e o aumento de vagas nos já existentes;
- 2) Acesso a cidade através do passe - livre no transporte público;
- 3) Garantia de direitos a saúde e educação integral;
- 4) Aumento de recursos financeiros em editais para projetos de Cultura e Lazer; incentivo a produção de arte, teatro, dança, circo e produção audiovisual nos bairros com maior vulnerabilidade social
- 5) Construção de áreas de lazer nos bairros dos grandes centros urbanos;
- 6) Construção e aumento em investimentos das já existentes bibliotecas comunitárias.

10. DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E POVOS ORIGINÁRIOS

Os povos originários do Brasil vêm, ao longo dos séculos, sofrendo pressões que ameaçam sua existência. Entre incêndios nas matas, lutas sangrentas pela demarcação de terras em um país cujo Estado negligencia a causa, e ataques que resultaram nos assassinatos impunes de lideranças indígenas. Mesmo assim, esses povos resistem.

Essa é a marca dos povos indígenas cearenses como, por exemplo, os povos Anacé, que vivem em Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O território é dividido em três grandes aldeias e, dentro delas, há diversas micro áreas. Na Aldeia Japuaara, a divisão é feita entre as áreas Pau Branco, Mangabeira, Pindoba, Japuaara, Serra e Salgadinho dos Anjos. Já a Aldeia Santa Rosa divide-se entre as áreas Tabuleiro Grande, Jacurutu, Santa Rosa e Bom Tempo. Uma outra aldeia, a Reserva Indígena Taba dos Anacé, foi concedida com a remoção de duas aldeias para a instalação da refinaria Premium 2, da Petrobrás.

Os Tremembé de Barra do Mundaú contam com a pesca artesanal e a agricultura familiar, além de pessoas que trabalham na área da saúde, educação e empregos formais e informais fora das aldeias. Anualmente, as comunidades se articulam para a realização dos festejos, momentos próprios para os cultos às tradições da etnia e uma oportunidade para a venda de artesanatos e comidas típicas.

Os Pitaguary, povo situado entre os municípios de Maracanaú e Pacatuba, na RMF, resistem também contra os crimes. Assim também como os Tapeba, os quais são resultado de um complexo processo histórico de individuação étnica de frações de diversas sociedades indígenas reunidas na aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, localizada na região metropolitana de Fortaleza/CE.

Os debates acerca de sua identidade indígena têm sido um marco na história recente desses povos, em especial, em decorrência do processo de reconhecimento oficial dos seus territórios pelo Estado.

Comum à realidade da maioria dos povos tradicionais cearenses, os festejos também são momentos de divulgar as lutas indígenas e receber novos olhares de visitantes sobre as tradições originárias.

Anacé, Jeninpapo-Kanindé, Pitaguary, Tabajara, Tapeba, Tremembé e tantas outras etnias indígenas cearenses, que tiram seus sustentos da terra, compartilham, ao longo de décadas, dos mesmos desafios para manterem-se firmes no período. Tiveram que reunir forças para o enfrentamento de um tempo difícil, em que a bondade do próximo se fez ainda mais necessária.

O programa da unidade popular contempla essa luta milenar de todos os povos indígenas e propõe que o GOVERNO ESTADUAL colabore e atue para preservar essa história, tradições, cultura e economia comunitária.

Fonte: agenciaeconordeste.com.br

Propostas:

1. Apoios aos estudos para demarcação das terras indígenas
2. Financiamento diferenciado e estímulo a agricultura familiar
3. Fomento e apoio ao Cooperativismo Indígena
4. Criação do Instituto Estadual dos Povos Originários do Ceará
5. Fortalecimento e valorização da cultura dos povos originários;

11. ACESSO À CULTURA

CONCEPÇÃO DE CULTURA

A cultura e a arte brasileira possui uma riqueza raríssima, que fica difícil ou até impossível dar uma definição sobre elas, entretanto, é importante salientar que a cultura é uma maneira de identificar um povo e a sua nação, a cultura é inerente ao ser humano, pois, o povo que tem a sua cultura negada é um povo sem identidade, é com essa identidade que se pode reconhecer e compreender a soberania de um povo e de sua consciência de pertencimento da sua história.

A história do saque cultural e do extermínio das manifestações artísticas e culturais do Brasil data desde a invasão portuguesa do nosso território, povos originários tiveram o seu imaginário negado, sua arte expropriada e juntamente aos povos africanos que foram violentamente trazidos para o país vivenciaram uma história de perda e apagamento, porém, ao mesmo tempo se forjava um espírito de luta e resistência, a capoeira, o candomblé, a medicina indígena, os encantados, o toré, a coletividade são marcas deixadas pela nossa ancestralidade e que de nenhum modo temos o direito de abrir mão da herança cultural forjada no fogo da luta.

Dando um salto histórico para pensar a conjuntura política e o papel cultural dessa identidade podemos reconhecer que a arte tem tido um lugar fundamental no enfrentamento contra todas as formas de opressão fruto do sistema capitalista. Os trabalhadores e trabalhadoras da cultura organizados em fóruns, assembleias, comunidades, coletivos, conselhos e outros formatos vem pautando junto aos movimentos sociais e progressistas uma tomada de consciência para os direitos conquistados nos últimos anos, frutos da luta e do sangue de muitos que já passaram.

A arte se encontra no campo do simbólico, do imaginário, através dela podemos vislumbrar outras formas de se estar no mundo, e de conceber uma sociedade mais justa e possível, e quando tratamos desse imaginário estamos falando de algo concreto, palpável, artistas tem a capacidade de mobilizar, sensibilizar e comunicar um olhar de esperança e aglutinar em coletivo o poder necessário para transformação.

Uma prova da capacidade política que a arte pode articular são os ataques diretos que o setor vem sofrendo desde 2016 quando o projeto fascista voltou a rondar o nosso país, com um golpe instaurado e a nomeação do ilegítimo governo Temer uma das primeiras resoluções foi o fim do Ministério da Cultura, que no dia seguinte teve resposta nas ruas onde artistas, trabalhadores da cultura e a sociedade ocuparam órgãos do governo em todo território nacional obrigando o governo golpista a voltar atrás e manter a pasta. Desde então uma onda de censura e corte nos gastos

destinados aos projetos culturais têm sido uma prática recorrente na tentativa de desmobilizar a classe.

Com a eleição do projeto fascista de Jair Bolsonaro e a sua corja de saqueadores o momento nos pede ainda mais atenção, e se faz ainda mais necessário que a arte seja instrumentalizada enquanto ferramenta de luta, para adentrar em todos os espaços onde possa se estabelecer trincheiras, escolas, praças, teatros, fábricas, no campo, é papel da classe artística tomar o seu lugar de protagonista na disputa pelo imaginário do povo brasileiro. Fórum Cearense de Teatro, Rede Brasileira de Teatro de rua, Movimento todo teatro é político, OCUPA MINC, OCUPA SECULTFOR, Movimento MAR, MOTIM, Slam resistência são alguns movimentos que se propuseram a forjar luta através da arte e que nesse momento não podem negar o seu papel histórico, coletivamente, a arte é lugar de luta e de esperança.

Propostas:

1. Realização de plenárias regulares (mensais ou quinzenais) sobre o papel da arte e da cultura como eixo formador da sociedade, em praças, escolas e demais espaços.
2. Criação de espaços de formação artística em bairros populares, e descentralização das ações artísticas e culturais dos grandes centros;
- 3.. Articulação com movimentos culturais organizados e movimentos sociais na busca por integrar pautas e fortalecer ações.
4. Realizar eleição do Secretário de Cultura entre os atores culturais do Estado;
5. Realizar o Congresso Estadual da Cultura Popular para definição de prioridades;

12. TRANSPORTE E ACESSO ÀS CIDADES

Um dos maiores desafios para uma gestão pública é a oferta de transporte e seu acesso com qualidade pela população. Para executar planos de um transporte coletivo de qualidade é necessário pensar o acesso a cidade e mobilidade urbana, a ocupação do território e os diferentes modais de transporte.

O Ceará é um dos mais ricos e importante estados da Federação, e por isso, com uma alta demanda de locomoção. Seguindo a Lei 12.587/12, referente a Política Nacional de Mobilidade Urbana, devemos considerar primeiramente o art.5 “acessibilidade universal”, “equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros”. A partir daí, é necessário apontar que todas as intervenções nas ruas e avenidas precisam estar alinhadas ao que essa política orienta.

Hoje em nossas cidade, é comum lidarmos com um trânsito bastante caótico mesmo que tenha sofrido mudanças nos últimos anos. Mas devemos nos perguntar se essas mudanças foram realizadas no intuito de dar fluidez ao tráfego pensando em todos os atores da sociedade e se de fato os fortalezenses foram ouvidos para sugerirem propostas de resolução viável.

Em primeiro lugar na formulação de propostas sobre transporte, vamos aqui pensar em alguns pontos: transporte coletivo (oferta, custo e qualidade/rapidez), modais, acesso a cidade.

Propagandeada durante muito tempo por ser a mais barata do país e integrada, a passagem de ônibus em Fortaleza tem sofrido reajustes crescentes e não está ligada a melhoria de serviço. Na tentativa de universalizar a utilização do Bilhete Único, a gestão RC (PDT)* só conseguiu ver a expansão do sistema de BU quando associou o mesmo as carteiras de estudante. Além disso, os ônibus não estão integrados com o metrô de Fortaleza e desde o início da implantação, os coletivos vem sofrendo mudanças com a demissão de centenas de trabalhadores cobradores.

Para garantir de fato o direito de ir e vir, é urgente a implantação do Passe – Livre para estudantes e desempregados e a redução do preço da passagem associado a melhoria no transporte coletivo nas principais cidades. Além disso, é preciso redução drástica dos preços das passagens dos onibus intermunicipais, aumentando a oferta de várias linhas. É preciso estatizar esse importante setor da economia cearense.

Por tudo isso é necessário democratizar o debate sobre mobilidade urbana,

constatando o perfil dos usuários de transporte público, os horários de maior demanda e as necessidades da população, obedecendo a área de ocupação do solo urbano, debatido no Plano Diretor, tendo como base o art.6º da Política Nacional Mobilidade Urbana *“integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos”*.

Propostas:

- 1) O aumento da malha metroviária, integrada aos ônibus;
- 2) Melhoria dos terminais de ônibus e aumento da quantidade de veículos coletivos, novas rotas;
- 3) Conexão entre os modais, através de serviços aprimorados, que incluem viagens mais rápidas;
- 4) Estatização do transporte público, hoje na mão de empresas;
- 5) Passe Livre para estudantes e desempregados nas principais cidades; Redução do valor da passagem;
- 6) Gestão democrática na execução da engenharia de trânsito;
- 7) Garantia de transporte público de qualidade para promover o acesso aos equipamentos sociais, culturais e aos serviços básicos; com isso contribuir para as políticas de habitação, educação, saúde e lazer.;
- 8) Garantia de Meia Passagem intermunicipal sem limites;

13. ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE A FOME

A situação de pobreza no Ceará é alarmante. Em 2021, foram 55 mil famílias a mais em situação de pobreza após a pandemia, algumas sem nenhuma renda. São 3,1 milhões de cearenses que vivem com R\$ 89,00. Eles compõem o 1,1 milhão de famílias que amargavam a situação de pobreza extrema no Estado. É o pior cenário desde 2012, primeiro ano da série histórica divulgada no painel de dados abertos do Ministério da Cidadania. Somando a essas as famílias em situação de pobreza não extrema, que têm renda de R\$ 89,01 a R\$ 178, o número sobe para 1.228.037 lares cearenses.

É o maior número de domicílios do Ceará nestas condições desde junho de 2015. Os dados são baseados nos registros do Cadastro Único (CadÚnico), por meio do qual cearenses recebem o Bolsa Família. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a cesta básica de Fortaleza é a mais cara do Nordeste. Para garantir o mínimo a uma família – arroz, feijão, farinha, pão, açúcar, carne, óleo, manteiga, tomate e banana –, é preciso pagar R\$ 532,21. Seis vezes mais do que o valor que o “mais rico” entre os extremamente pobres (renda de até R\$ 89) pode pagar.

Ora, o governo precisa encarar essa realidade de frente. Por isso, a Assistência Social é tão importante. Claro que houve avanços com criação de programas que minimizaram a miséria extrema vivida pelo povo. O aluguel social disponibilizado pelo governo em parceria com as prefeituras; o MAIS INFANCIA, o vale GÁS, etc. Mesmo assim, nossa população ainda vive sob a ameaça da fome e todas as suas consequências.

Para garantir essa rede funcionando, na cidade de Fortaleza, como em outras grandes cidades, a Política de Assistência Social é realizada pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Essa rede é importante para garantir um pouco de humanidade para os que mais precisam. Por isso, acreditamos que é necessária integrar mais todos os programas no âmbito do Estado do Ceará: unindo as políticas estaduais e municipais.

Já os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu território, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida quotidiana de usuários e familiares.

Infelizmente, os CAPS e CRAS possuem equipes insuficientes, infraestrutura

inadequada, poucos recursos para sua manutenção, entre outros problemas. É necessário fortalecer esses importantes instrumentos de implementação dos programas de assistência social, em todos os âmbitos.

Propostas:

1- Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS com a ampliação do número de famílias inscritas no Cadastro Único para inclusão nos programas sociais do Município, Estado e do governo federal, disponibilizando o atendimento do Cadastro Único em todas as Unidades da Assistência Social;

2. Apoiar os municípios na reforma e ampliação dos CRAS

4- Realizar parcerias com universidades públicas e privadas para realização de projetos sociais nas comunidades mais pobres;

5- Realizar capacitações frequentes para as equipes da rede de assistência social;

6- Documentação Gratuita, subsidiada pelo Estado para mais vulneráveis na cidade;

7- Criar a REDE DOS TRABALHADORES EM SITUAÇÃO de rua com a estruturação de CASAS ABRIGO em parceria com outras instituições;

8- Criar programa de geração de renda para trabalhadores recebedores de Bolsa Família, particularmente as mulheres;

9- Realizar projeto de inclusão produtiva para famílias catadoras de materiais recicláveis;

10- Projeto de formação, capacitação e inclusão de ex-detentos;

11- Ampliar o Programa de Atenção Básica ao Idoso;

12- Programa de Combate às Doenças Sexualmente Transmissíveis nas comunidades mais pobres;

13. Criar Bolsa Assistência especial no valor de R\$ 200 para mães vítimas de violência doméstica;

15- Criar Programa de Emprego nos bairros populares, subsidiando as pequenas empresas para jovens pobres das periferias;

15. POLÍTICAS DE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

O Brasil em todos seus anos como república, viveu períodos marcados pelo autoritarismo. Em 31 de março de 1964 os fascistas militares instauraram no Brasil uma das épocas mais perversas para o povo, a ditadura militar. Em 1968, durante o governo Costa e Silva, foi promulgado o Ato Institucional número 5 (AI-5), que concedia poder máximo aos governantes para punir, perseguir e ditar o que era considerado legal e ilegal. Os considerados inimigos do regime militar eram presos, exilados, e muitas vezes torturados e mortos, dados como “desaparecidos”. As manifestações na rua também foram duramente reprimidas ao longo da ditadura, assim como festas e qualquer evento que fosse considerado “perturbador da ordem”.

Esse legado ainda continua. Atualmente a polícia militar cumpre o papel de reprimir e assegurar a exploração econômica do nosso povo, não poupando esforços para mostrar seu poder de fogo e de repressão. Impulsionados por um governo de fascistas e saudosistas da ditadura, sentem-se mais à vontade para usar de violência desmedida contra trabalhadores, jovens e estudantes.

As manifestações de trabalhadores e estudantes não estão fora do raio de atuação da polícia militar, que de forma violenta repreende os manifestantes, defendendo os interesses do estado em lucrar em cima do trabalho. As ocupações urbanas também estão na mira da violência estatal, e como exemplo a Ocupação Lanceiros Negros, em Porto Alegre, que sofreu com um despejo truculento em 2017. E as ameaças e truculência em Agosto de 2021 contra a OCUPAÇÃO DRAGÃO DO MAR no centro de Fortaleza. Como se não bastasse a violência espontânea da polícia, o estado promove políticas como a “Guerra às Drogas”, que não passa de um projeto racista que atinge as periferias do Brasil, criminalizando e matando a juventude negra.

Portanto, lembrar o momento mais obscuro da nossa história é conscientizar a sociedade civil do absurdo que foi a DITADURA MILITAR. É lembrar também que por várias vezes Jair Bolsonaro, elogiou a Ditadura e seus torturadores; disse ainda que era necessário para o Brasil “um novo AI-5”. Não é possível aceitar que, para garantir os interesses dos capitalistas diante da crise desse sistema econômico, seja “necessário” implantar um regime fascista para perseguir, torturar e assassinar, ou seja, tentar silenciar o povo contra as injustiças; tentar barrar a revolução socialista brasileira de instaurar um novo modelo de sociedade, verdadeiramente justo e que traga a felicidade aos brasileiros.

Por isso, a UNIDADE POPULAR segue levantando essa importante bandeira da MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA.

Propomos:

1. CRIAÇÃO DO MEMORIAL DA JUVENTUDE CONTRA O GOLPE FASCISTA DE 1964
2. MUDANÇA DOS CURRÍCULOS PARA INCLUIR DATA COMEMORATIVAS DA RESISTÊNCIA À DITADURA;
3. AMPLIAR AS AÇÕES DE MEMÓRIA NOS TEATROS, ESCOLAS, CINEMAS, ESTIMULANDO AS PRODUÇÕES ARTÍSTICAS SOBRE ESSE TEMA
4. COBRAR DAS AUTORIDADES A PUNIÇÃO DOS AGENTES DA DITADURA;
5. RENOMEAR ESPAÇOS PÚBLICOS QUE HOMENAGEIEM TORTURADORES OU PESSOAS LIGADAS À REPRESSÃO;